



ENTREVISTA DA SEMANA
Lúdio Cabral - Deputado Estadual
"Estado não pode se eximir da responsabilidade sobre a Santa Casa", enfatiza o legislador - Pág. 3

PROTEGENDO AS CRIANÇAS

Violência contra crianças explode em Mato Grosso e operação mira pornografia infantil no estado

Rede intersetorial revela dados alarmantes de violência infantil em Cuiabá; Polícia Civil intensifica combate ao abuso sexual durante campanha Maio Laranja - Pág. 5



Foto: Gettyimages

CUMPRINDO O DEVER



Foto: Reprodução

Fábio Garcia desmente Janaina Riva em relação às fiscalizações das emendas parlamentares e enfatiza transparência do Estado

Durante a entrevista, o secretário rebate críticas sobre emendas e defende transparência nos incentivos fiscais - Pág. 4

Foto: Divulgação

ATRAÇÃO PRINCIPAL

Maior roda-gigante da América Latina será instalada no Parque Novo Mato Grosso

Com 108 metros de altura e vista panorâmica de Cuiabá, estrutura será o principal atrativo do novo espaço multieventos em construção pelo Governo do Estado - Pág. 7



Foto: Reprodução

DIVERSÃO E LAZER

Férias de julho já tem destino certo: Rede de Hotéis Mato Grosso aposta em conforto, lazer e promoções especiais

Comandada por Luiz Carlos Nigro, rede reúne tradição, diversidade de hospedagem e preços atrativos para atrair turistas e famílias no mês mais aguardado do ano - Pág. 7



Foto: Divulgação

ALERTA

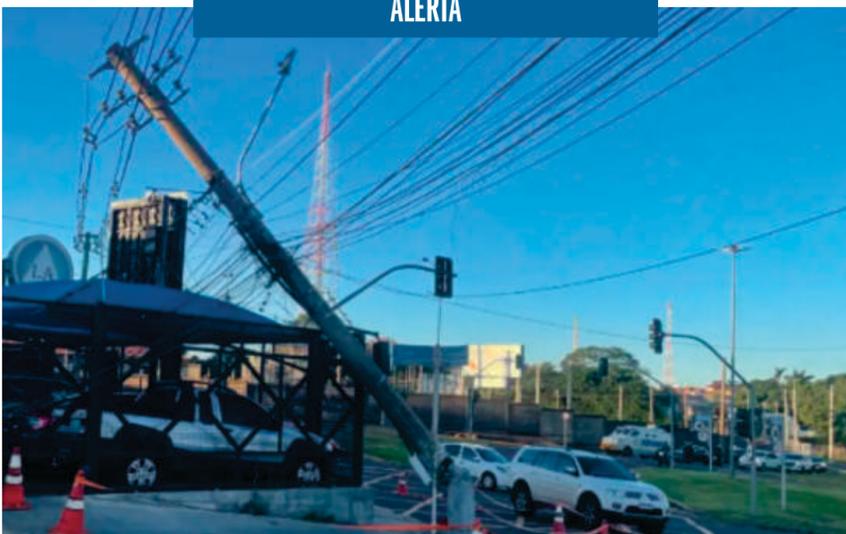
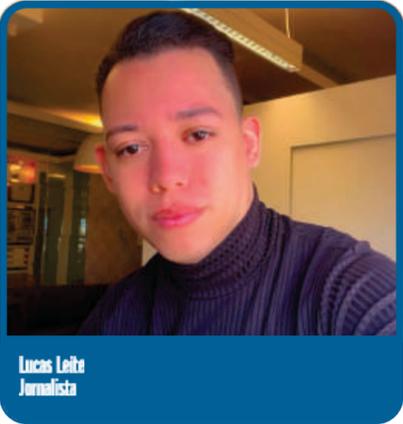


Foto: Reprodução

Batidas em postes de energia aumentam quase 20% em Mato Grosso e afetam mais de 100 mil consumidores - Pág. 8

Lucas Leite
Jornalista

“Essa incoerência escancara o preconceito velado, e às vezes descarado, de setores conservadores da sociedade. O mesmo Brasil que naturaliza a erotização precoce das meninas no carnaval e a masculinidade tóxica dos meninos na adolescência”

A hipocrisia legalizada: proibir crianças na Parada LGBT, mas incentivá-las no carnaval e na masculinidade tóxica

Em Cuiabá, discute-se a aprovação de uma lei que proibiria a participação de crianças na Parada do Orgulho LGBT sob o argumento de que se trata de um “ato político inadequado para menores”. A justificativa, como muitas que tentam camuflar preconceitos sob o verniz da moralidade, é frágil, tendenciosa e revela algo muito mais perigoso: um preconceito institucionalizado e seletivo, onde apenas certas formas de manifestação e identidade são vistas como “nocivas” para crianças.

A pergunta que se impõe é simples: por que se tenta impedir a presença de crianças em uma parada que celebra diversidade, inclusão, visibilidade e direitos civis, mas se fecha os olhos (ou aplaude) quando crianças pulam carnaval, fantasiadas de “musa”, acompanham trios elétricos com danças sensuais ou são ensinadas, desde os 10, 12 anos, que “menino de verdade tem que pegar mulher”?

Essa incoerência escancara o preconceito velado, e às vezes descarado, de setores conservadores da sociedade. O mesmo Brasil que naturaliza a erotização precoce das meninas no carnaval e a masculinidade tóxica dos meninos na adolescência, grita em repúdio quando vê uma criança segurando uma bandeira colorida ao lado dos pais numa parada LGBT. Por quê?

O argumento de que a parada LGBT é um “ato político” inapropriado para menores não se sustenta. Primeiro, porque toda manifestação social e cultural é, em algum nível, política, inclusive o carnaval. Segundo, porque o que se está proibindo não é a política, mas a vivência pública de uma identidade.

Trata-se de mais uma tentativa de pintar a população LGBTQIA+ como “imprópria”, “perigosa” ou “perversa” aos olhos das crianças, quando o que se celebra nessas paradas é, na maioria das vezes, amor, cidadania e resistência. Não há nudez explícita como se insinua, nem “orgias públicas”, como sugerem fake news que circulam todos os anos. Há pessoas que querem existir sem medo.

Enquanto isso, ninguém propõe leis para restringir a presença de crianças em blocos de carnaval com coreografias hipersexualizadas ou músicas com letras abertamente vulgares. Tampouco se discutem políticas públicas para lidar com a pressão sobre meninos para “virarem homens” aos 14, 15 anos, como se masculinidade fosse medida por quantidade de parceiras sexuais.



Foto: Rovena Resai/Agência Brasil

O que se vê é uma tentativa de moralizar apenas o que incomoda o conservadorismo: a diferença. A presença de crianças na parada LGBT incomoda porque ela mostra que outra educação é possível, uma educação baseada no respeito à diversidade e à liberdade de ser. Isso é ameaçador para quem acredita que só existe uma forma certa de viver, amar ou formar uma família.

A hipocrisia legalizada é quando o poder público tenta legislar sobre quais formas de amor e de existência são “aceitáveis” na esfera pública, e a quem as crianças devem ou não ser expostas. Mas, sejamos honestos: crianças crescem assistindo novelas com casais heterossexuais, filmes com insinuações sexuais e comerciais que reforçam padrões de gênero. Por que um casal LGBT andando de mãos dadas numa marcha é mais ofensivo do que isso?

É papel das famílias decidir o que seus filhos devem ou não vivenciar, no escopo da lei. Não cabe ao Estado proibir que pais levem suas crianças a um evento pacífico, autorizado e com programação cultural. Cabe, sim, garantir que esses espaços sejam seguros e respeitosos, como devem ser todos os eventos públicos.

Impedir legalmente a presença de crianças numa parada LGBT é dizer, com todas as letras, que essa vivência é indesejável. É reforçar a ideia de que a identidade LGBT é algo vergonhoso, que deve ser escondido. E isso, sim, é prejudicial às crianças, especialmente àquelas que, mais cedo ou mais tarde, descobrirão que fazem parte dessa comunidade e talvez não encontrarão apoio nem compreensão.

O Brasil precisa parar de fingir que protege crianças quando, na verdade, está protegendo preconceitos. Não há nada de mais político, e positivo, do que ensinar uma criança que o mundo é diverso e que todos têm direito a respeito e dignidade.

Enquanto alguns tentam pintar a Parada LGBT como uma ameaça à infância, o verdadeiro perigo está na ignorância, na intolerância e na tentativa de impor a todo custo uma única forma de existir. Isso, sim, é um desserviço à sociedade.

Lucas Leite,
jornalista, assessor de imprensa, social mídia e editor chefe do COPopular

EDITORIAL

Junho Vermelho: O Gesto Que Salva Vidas



O mês de junho traz consigo uma cor que carrega um dos maiores símbolos de solidariedade humana: o vermelho. Mais do que o frio do inverno ou as festas juninas, é nesse período que ganha força a campanha Junho Vermelho, dedicada à conscientização sobre a importância da doação de sangue.

Trata-se de uma ação necessária e urgente. Os bancos de sangue enfrentam quedas preocupantes nos estoques, especialmente nos meses mais frios do ano, quando as doações naturalmente diminuem. Enquanto isso, a demanda por sangue permanece constante – seja para cirurgias, tratamentos de doenças crônicas, atendimentos de urgência ou complicações obstétricas.

Doar sangue é um ato simples, seguro e rápido, mas com um impacto incalculável. Uma única doação pode salvar até quatro vidas. E, ain-

da assim, o número de doadores no Brasil representa apenas uma pequena fração da população. A Organização Mundial da Saúde recomenda que entre 3% a 5% da população seja doadora regular. No Brasil, esse número ainda gira em torno de 1,8%.

O Junho Vermelho é, portanto, mais do que uma campanha: é um chamado à empatia, à cidadania, à responsabilidade coletiva. Não exige heroísmo, apenas disposição. É também um momento para derrubar mitos e desinformações que ainda afastam possíveis doadores, como a falsa ideia de que doar enfraquece o corpo, ou que há riscos graves envolvidos no processo.

Cabe aos governos e instituições públicas promover políticas de incentivo e facilitar o acesso aos hemocentros. Mas a mobilização da sociedade é indispensável. Empresas, escolas, universidades, igrejas e ONGs podem, e devem, abraçar a causa, organizando campanhas, eventos e mutirões.

Mais do que um mês de cor vermelha, junho precisa ser lembrado como o mês em que vidas foram salvas por gestos anônimos de generosidade. Que o Junho Vermelho nos inspire não apenas a doar, mas a incentivar, educar e mobilizar.

Porque sangue não se fabrica, se compartilha.

EXPEDIENTE

copopular.com.br

DIRETOR
Maykon Milas

DEPTO COMERCIAL
(65) 3052-6030 ou 3052-6031

FOTOS
Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE
Kleber Simioni

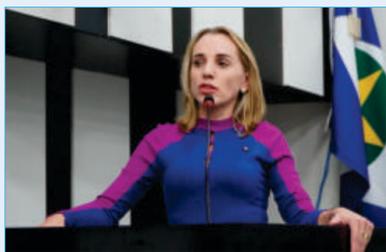
PAUTA
redacaocopopular1@gmail.com
admcopopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

PINGA FOGO



Pagando salário de investigado

A primeira-secretária da Câmara Municipal de Cuiabá, vereadora Kátiuscia Manteli (PSB), criticou duramente a decisão do Tribunal de Justiça que determinou o restabelecimento dos salários dos vereadores afastados Chico 2000 (PL) e Sargento Joelson (PSB), investigados por suposto envolvimento em um esquema de corrupção. Segundo Kátiuscia, a medida compromete ainda mais a imagem da Câmara, historicamente associada a escândalos, e transfere ao Legislativo um desgaste institucional que, em sua visão, deve ser compartilhado com o Judiciário. Em conversa com a imprensa, ela afirmou que a Casa está de "mãos atadas" diante da decisão judicial e reforçou que a responsabilidade pelo impacto político e pela repercussão negativa da medida precisa ser atribuída também ao Tribunal de Justiça, que impôs a obrigação de pagamento mesmo diante das investigações em curso.

Convicção de sua inocência



A defesa do vereador afastado Chico 2000 (PL) demonstrou confiança em seu retorno ao cargo dentro de um prazo estimado entre 40 a 60 dias e apelou para que a sociedade evite julgamentos precipitados enquanto as investigações ainda estão em andamento. Segundo o advogado Alaertt Rodrigues, o parlamentar tem colaborado com as autoridades e mantém a convicção de que sua inocência será comprovada. Alvo da Operação Perfidia e, mais recentemente, da Operação Rescaldo – que investiga possíveis crimes eleitorais ligados à campanha de 2024 – Chico está afastado há pouco mais de um mês e proibido de frequentar a Câmara Municipal. A defesa avalia que algumas ações policiais geram "muita especulação" e destaca a trajetória do vereador, que soma seis mandatos e duas décadas de atuação política sem registros de condutas irregulares.

Consignado Público



O presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), conselheiro Sérgio Ricardo, anunciou a apresentação de um projeto de lei que visa limitar o percentual de comprometimento salarial dos servidores públicos com empréstimos consignados, reduzindo o teto atual de 40% para 35%. A proposta, que será apresentada nesta sexta-feira (6) durante a Audiência Pública sobre Consignações na Folha de Pagamento, também prevê medidas rigorosas para seleção e fiscalização das instituições financeiras autorizadas a oferecer esse tipo de crédito, excluindo aquelas com irregularidades. Segundo Sérgio Ricardo, o projeto é resultado de um esforço conjunto entre o TCE, a Assembleia Legislativa, o Ministério Público e o Governo do Estado, e já começará a surtir efeitos neste mês de junho, com a redução imediata da margem de desconto.

Eleição 2026



O diretório estadual do União Brasil em Mato Grosso, comandado politicamente pelo governador Mauro Mendes, já articula uma nova data, prevista ainda para o mês de junho, para dar início oficial às discussões sobre as eleições de 2026. A sigla, que atualmente detém o maior número de prefeituras e deputados estaduais no estado, havia programado o início das tratativas para a última segunda-feira (2). No entanto, por conflitos de agenda, o encontro não contou com a presença integral de figuras-chave, como o próprio governador e os irmãos Júlio e Jayme Campos, o que esvaziou a reunião. Ao comentar a situação, o secretário-chefe da Casa Civil, Fábio Garcia, confirmou que a reunião seria o pontapé inicial das articulações, mas foi inviabilizada pela ausência de lideranças estratégicas. "Não, não será na próxima semana, que o governador estará em viagem, né? Então, no retorno da viagem do governador, nós vamos sentar. Infelizmente, o governador estava em Alta Floresta, atrasou um pouco a agenda, não conseguiu chegar a tempo e o senador Jayme tinha já um compromisso prévio que ele ia receber uma homenagem. Então, as agendas ali se chocaram, mas com certeza ficou o compromisso da gente fazer uma reunião com calma, com tranquilidade, com a presença do governador para que a gente possa dialogar sobre a chapa do partido", declarou Garcia.

"Isso nunca aconteceu"



O senador Jayme Campos (União Brasil) negou categoricamente qualquer articulação para se filiar ao MDB com o objetivo de disputar o governo de Mato Grosso em 2026 com apoio do presidente Lula ou de partidos de esquerda. Nos bastidores políticos, o nome do senador tem sido alvo de especulações envolvendo possíveis movimentações partidárias, inclusive uma suposta aproximação com o PSD. No entanto, Jayme rechaçou os boatos e afirmou que continua firme em sua legenda atual. "Isso nunca aconteceu. Não sei de onde o deputado Gilmar Fabris tirou essa informação, mas nunca tratei disso com o presidente Lula. Sou do União Brasil e qualquer definição sobre meu futuro político será dentro do meu partido", garantiu o senador, ao classificar as informações como completamente infundadas.

Lúdio Cabral - Deputado Estadual

“Estado não pode se eximir da responsabilidade sobre a Santa Casa”, enfatiza o legislador



Em meio a debates sobre a sustentabilidade dos serviços públicos e o futuro da Santa Casa de Cuiabá, o deputado estadual Lúdio Cabral (PT) tem se posicionado de forma firme na Assembleia Legislativa. Defensor da manutenção da unidade hospitalar e da valorização dos servidores públicos, ele propôs que trabalhadores do setor possam se formalizar como microempreendedores individuais (MEIs) para complementar a renda.

Nesta entrevista ao Centro-Oeste Popular, Lúdio comenta a possibilidade de legalização de atividades paralelas por parte de servidores, analisa o impasse envolvendo a Santa Casa, diante da sinalização do governo estadual de retirada dos serviços, e avalia o cenário político nacional, incluindo os desafios do governo Lula às vésperas das eleições municipais. Confira os principais trechos da conversa.

“ O governo federal ainda mantém uma aprovação de 45%, isso não é ruim ”

■ | Lucas Leite | Da Redação

Centro Oeste Popular - Deputado, o senhor defende que servidores públicos possam se formalizar como microempreendedores individuais. Como essa proposta pode beneficiar, na prática, profissionais como os merendeiros e demais trabalhadores da área pública que realizam atividades paralelas para complementar a renda?

Lúdio - Muitos servidores públicos, além de suas funções no serviço público, desenvolvem outras atividades econômicas de forma informal. A proposta de permitir que esses servidores se cadastrem como microempreendedores individuais visa justamente formalizar essas atividades.

Por exemplo, técnicos em alimentação escolar, como merendeiros, que fazem bolos ou almoços aos finais de semana, poderiam regularizar essa atividade como MEI, garantindo direitos e ampliando suas oportunidades de renda.

Centro Oeste Popular - Deputado, como o senhor avalia a possibilidade de servidores públicos que atuam durante a semana participarem de feiras e outras atividades econômicas nos fins de semana como forma de complementar a renda? Essa formalização como MEI seria uma alternativa viável?

Lúdio - É um mecanismo para formalizar um trabalho que hoje é informal. Além disso, permite ao Estado arrecadar mais impostos e reconhece o esforço do servidor público em desenvolver outras atividades econômicas. Essa formalização pode, inclusive, contribuir para a geração de novos empregos e o aumento da renda.

Centro Oeste Popular - Deputado, como o senhor avalia a declaração do governador Mauro Mendes, que praticamente isenta o Estado de responsabilidade sobre a Santa Casa e afirma que todos os serviços serão retirados da unidade, deixando a gestão exclusivamente o cargo da prefeitura?

Lúdio - Bom, eu não ouvi diretamente o que o governador disse, mas mantemos nossa posição: a Santa Casa precisa continuar funcionando e, de forma alguma, pode ser desativada.

Não faz sentido o Estado retirar os serviços que hoje são prestados ali, remover os equipamentos ou demitir os profissionais que atuam na unidade. Inclusive, há serviços que só a Santa Casa oferece em todo o Estado, como a hemodiálise infantil e a oncologia pediátrica. Qualquer mudança na gestão precisa ser debatida amplamente. Cheguei a sugerir que o Estado continue financiando a Santa Casa, enquanto o Consórcio da Baixada Cuiabana assumia a operação dos serviços, com uma equipe técnica especializada. Quanto à fala do governador, eu ainda não tinha conhecimento, mas vamos seguir com esse debate aqui na Assembleia.

Centro Oeste Popular - Deputado, caso o governo de fato se isente da responsabilidade sobre a Santa Casa, como já sinalizou, quais seriam as alternativas viáveis para garantir a continuidade dos serviços prestados pela unidade?

Lúdio - Eu não trabalho com essa hipótese. O Estado não pode se eximir da responsabilidade pela manutenção dos serviços prestados pela Santa Casa. Não adianta transferir essa responsabilidade ao município, que não tem capacidade financeira para manter esses atendimentos. A prefeitura já enfrenta dificuldades para gerir as UPAs, o HMC, o Hospital São Benedito, os serviços conveniados e até mesmo a atenção básica.

A Santa Casa realiza serviços de média e alta complexidade, cujo financiamento precisa contar com a participação do Estado, independentemente de quem seja o gestor. A alternativa que propus é que o Estado mantenha o financiamento, enquanto o Consórcio da Baixada Cuiabana assumia a gestão do hospital. Isso permitiria ampliar o acesso da população da região a serviços que hoje são escassos.

Esse, na minha opinião, é o caminho mais viável. O Estado não pode se isentar de financiar os serviços da Santa Casa, qualquer que seja o modelo de gestão. O que não pode acontecer é a desativação dos serviços que são prestados ali.

Centro Oeste Popular - Deputado, como a Assembleia Legislativa trata a situação da Santa Casa? A Comissão de Saúde e

parlamentares com atuação na área, como os deputados Paulo Araújo, Dr. João e Dr. Eugênio, têm se mobilizado de forma concreta diante desse impasse?

Lúdio - Nós temos debatido esse tema de forma permanente na Comissão de Saúde. Realizamos uma audiência pública há cerca de um mês, especificamente para tratar dessa pauta. Um dos encaminhamentos foi justamente buscar diálogo com o Governo do Estado para obter uma posição oficial sobre o assunto. No entanto, essa posição ainda não foi apresentada. Assim que houver uma definição por parte do governo, vamos retomar o debate aqui na Assembleia, dentro da Comissão de Saúde.

Centro Oeste Popular - Deputado, diante da recente pesquisa da Quesb que aponta 57% de desaprovção ao governo Lula, o senhor acredita que é o momento do presidente recalculer a rota? Considerando que as eleições se aproximam, esse índice pode comprometer sua liderança política e o desempenho da base aliada nas urnas?

Lúdio - Apesar das dificuldades políticas e de comunicação, o governo ainda mantém 45% de aprovação, o que considero um bom índice. O fato é que o Brasil está indo bem: o desemprego está em queda, a renda da população aumentando, e o PIB cresceu 1,4% no primeiro trimestre deste ano, superando todas as expectativas. É o terceiro maior crescimento do PIB no mundo em 2024.

Ontem mesmo foi anunciado um reajuste para os servidores federais com ganho real de salário, e o salário mínimo tem aumentado acima da inflação todos os anos. Ou seja, a realidade é que o país está avançando.

Infelizmente, enfrentamos uma resistência forte no Congresso. Queremos aprovar, por exemplo, a isenção de imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil, mas há obstáculos até mesmo para isso. Também lidamos com uma extrema-direita que espalha mentiras e discurso de ódio nas redes sociais.

Mesmo com todo esse cenário político difícil, manter 45% de aprovação é positivo, ainda mais considerando que estamos em um ano da próxima campanha eleitoral.

Acesse: www.grupomilas.com.br

CUMPRINDO O DEVER

Fábio Garcia desmente Janaina Riva em relação às fiscalizações das emendas parlamentares e enfatiza transparência do Estado

Durante a entrevista, o secretário rebate críticas sobre emendas e defende transparência nos incentivos fiscais

■ Ana Carolina Guerra | Da Redação

O secretário-chefe da Casa Civil de Mato Grosso, Fábio Garcia (UNIÃO), rebateu as críticas realizadas pela deputada estadual Janaina Riva (MDB) sobre a fiscalização de emendas parlamentares pelo governo estadual. Segundo a parlamentar, há uma suposta seletividade na fiscalização, com foco em deputados de oposição. Fábio negou qualquer tipo de perseguição e explicou que as emendas impositivas seguem um rito estabelecido por lei, no qual o deputado é responsável por indicar o valor, o objeto e a entidade que executará os recursos.

“O Estado apenas tramita e executa a emenda indicada. Ela é de autoria do deputado e de cumprimento obrigatório pelo Executivo, por isso se chama emenda impositiva”, esclareceu o secretário. O mesmo ainda destacou que a responsabilidade sobre a destinação dos recursos é do parlamentar que faz a indicação, enquanto a fiscalização das contas públicas, incluindo as emendas, é de responsabilidade do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Por outro lado, durante o seminário do Terceiro Setor no Palácio Paiaguás, Janaina também



Fábio negou qualquer tipo de perseguição e explicou que as emendas impositivas seguem um rito estabelecido por lei

afirmou que optou por destinar a maioria de suas emendas à área da saúde por receio de encaminhá-las ao terceiro setor, alegando falta de segurança jurídica. Em meio à imparcialidade, Garcia disse respeitar a decisão da deputada e lembrou que, em anos anteriores, a mesma destinou recursos a entidades do terceiro setor.

Durante a entrevista, o secretário comentou sobre as articulações internas do partido União

Brasil em relação à formação das chapas para as próximas eleições. Ele respondeu às declarações do deputado estadual Júlio Campos (UNIÃO), que demonstrou preocupação com a demora do partido na definição dos nomes. Afirmou que a construção das chapas é uma responsabilidade coletiva dos parlamentares da sigla e que é preciso apresentar nomes e contribuir com o processo ao invés de criticar.

De modo a trazer soluções, foi realizada uma reunião entre os parlamentares, onde definiram que cada membro do partido deverá apresentar nomes para compor as chapas estadual e federal. Além disso, uma nova reunião deve ser agendada, com a presença do governador Mauro Mendes.

Em meio às polêmicas, o secretário também se posicionou sobre o projeto de lei que propõe mudanças nas regras para concessão de incentivos fiscais em Mato Grosso. A proposta, de 2019, voltou à pauta após quatro anos, engavetada e prevê, entre outros pontos, que todos os benefícios fiscais passem pela aprovação da Assembleia Legislativa. Fábio afirmou ser contra essa obrigatoriedade e destacou que em outras gestões governamentais, a necessidade de interlocução política para obtenção de incentivos resultou em investigações e operações policiais, cenário que, segundo ele, foi superado.

“Um dos avanços que tivemos foi permitir que o empresário solicitasse o incentivo de forma digital, transparente e sem precisar conversar com político, secretário ou servidor. Isso garante isonomia e evita interferências indevidas”, afirmou.

Ao ser questionado sobre o acordo interno do partido, em relação ao rodízio de cadeiras entre os deputados federais eleitos, o parlamentar afirma que cumpriu a sua parte de forma esclarecedora e alegou faltar o Coronel Assis para cumprir o combinado.

“Cumprí minha parte e hoje estou licenciado, com a deputada Gisela ocupando minha vaga. Ainda falta o coronel Assis também se licenciar para que o acordo seja integralmente cumprido”, finaliza.

GESTAR NO CORAÇÃO

Entre o amor e o preconceito: casais homoafetivos e o retrato da adoção no Brasil

Mesmo com milhares de pretendentes, crianças mais velhas, negras e grupos de irmãos ainda enfrentam dificuldades para encontrar uma família adotiva

■ Maria Cardoso | Da Redação

A maternidade, para a terapeuta Carolina Rua e a empresária Laís Guerra, começou muito antes da chegada oficial do filho. Desde que decidiram adotar, todos os passos da vida passaram a considerar a presença da criança, como a escolha do novo apartamento, que precisava ter um quarto para o futuro integrante da família. A decisão de adotar foi amadurecida ao longo do tempo, acompanhada de processos terapêuticos e reflexões, que as levaram a entender que não tinham o desejo pela gestação biológica. A opção por adotar surgiu como uma forma de gestar no coração, expressão que simboliza a construção de uma parentalidade baseada no amor, no afeto e no compromisso, e não necessariamente nos laços biológicos.

O caminho até essa decisão, no entanto, não foi livre de desafios. As duas enfrentaram pressões familiares e sociais que, muitas vezes, colocam a gestação biológica como única possibilidade legítima de maternidade, reforçando um tipo de resistência ainda mais presente na vida de casais homoafetivos. Apesar dos avanços legais no Brasil, o preconceito social persiste como um dos principais obstáculos para essas famílias.

O processo de adoção no Brasil é o mesmo para qualquer pessoa, independentemente da orientação sexual. A legislação brasileira assegura o direito à adoção para casais homoafetivos desde as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2011 e 2015, que reconheceram tanto a união estável quanto a adoção por esses casais. Não há restrições legais, e os procedimentos seguem as mesmas etapas: cadastro, entrevistas, avaliações psicossociais, visitas e, finalmente, a sentença que oficializa a nova configuração familiar.

Dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) mostram que, desde 2019, foram realizadas 1.535 adoções por casais homoafetivos no país, o que representa 6,4% do total de adoções. O número, que era de 145 em 2019, subiu para 416 em 2023 e, apenas em 2024, já foram 203 adoções realizadas por esses casais. Apesar de ainda representar uma pequena parcela do total, o crescimento demonstra avanços significativos na consolidação dos direitos das famílias LGBTQIA+.

Atualmente, há 4.940 crianças e adolescentes esperando por uma família no Brasil. Por outro lado, o número de pretendentes chega a 35.562, sendo que 7% são casais homoafetivos. Ainda assim, a adoção esbarra em um grande desafio: o descompasso entre o perfil das crianças disponíveis e os desejos dos adotantes. A maioria dos pretendentes busca bebês, enquanto a realidade



é que a maior parte das crianças e adolescentes disponíveis tem entre 6 e 17 anos, fazem parte de grupos de irmãos ou possuem alguma condição específica de saúde.

O reconhecimento das famílias homoafetivas também se reflete nos números de registros civis. Segundo a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-BR), entre 2021 e 2023, 50.838 crianças foram registradas por casais homoafetivos no país. Esse dado reflete não apenas a consolidação jurídica dessas famílias, mas também um avanço significativo na representação e na aceitação social.

Ao nível institucional, mudanças importantes também estão em curso. O Ministério das Relações Exteriores promoveu atualizações em formulários e cadastros oficiais, substituindo os campos “pai” e “mãe” por “filiação”, de forma a contemplar diferentes configurações familiares, incluindo casais homoafetivos e transafetivos. A mudança, que já é adotada pela Polícia Federal nos passaportes emitidos no Brasil, será estendida para os registros civis de nascimento, casamento e óbito até o terceiro trimestre de 2024.

Mesmo com todos os avanços, as estatísticas revelam desigualdades persistentes no perfil das adoções no país. Um levantamento realizado na Bahia em 2024 mostra que, das 86 adoções realizadas no estado, 60,5% foram de crianças com até seis anos de idade. Apenas um adolescente entre 15 e 18 anos foi adotado e nenhuma adoção foi registrada na faixa etária de 18 a 20 anos. Esse panorama escancara a resistência à adoção tardia, embora campanhas promovidas por tribunais de justiça em todo o país busque sensibilizar a população para a importância de olhar com mais empatia e disponibilidade para crianças mais velhas e grupos de irmãos.

O fortalecimento das famílias formadas por casais homoafetivos no Brasil reflete, portanto, não apenas uma conquista jurídica, mas também uma mudança cultural em curso. A maternidade e a paternidade, gestadas no coração, desafiam conceitos tradicionais e afirmam que o amor, o cuidado e o compromisso são os verdadeiros pilares da construção de uma família.

DIREITO E ACESSIBILIDADE

Margareth critica ações populistas do governo Lula, defende reforma no Bolsa Família e cobra urgência no cadastro de pedófilos e estupradores

Margareth alerta para riscos à liberdade de expressão na regulamentação das redes sociais e cobra atuação firme contra crimes sexuais



■ Ana Carolina Guerra | Da Redação

A senadora Margareth Gettert Busetti (PSD) se posicionou sobre a retomada da proposta de regulamentação das redes sociais no Congresso, destacando a necessidade de debater o tema, principalmente por conta da exposição de crianças a conteúdos nocivos. No entanto, alertou para o risco de afetar a liberdade de expressão. “É um tema muito desafiador. Precisamos discutir uma regulamentação, mas, sinceramente, não sei como fazer isso sem atingir a liberdade de expressão”, afirmou.

Ao comentar a gestão do presidente Lula, Margareth disse que, mesmo sem ter visto a pesquisa recente, considera o governo fraco, principalmente na economia. Segundo ela, é o agronegócio que tem sustentado a balança comercial.

A senadora também criticou programas lançados pelo governo, como o vale gás, a isenção na conta de energia e o aumento do IOF. Para ela, são medidas populistas, com foco eleitoral, que agravam a crise fiscal. “Para que lançar o vale gás se estamos enfrentando um problema fiscal? O governo propõe aumentar o IOF, que nem foi aprovado pelo Congresso, e ao mesmo tempo anuncia benefícios. Mas quem paga essa conta é o consumidor final”, disse.

Sobre o Bolsa Família, Margareth afirmou ser favorável ao programa, mas defende mudanças que incentivem a formalização do trabalho. Para ela, o fim imediato do auxílio ao assinar a carteira desestimula o emprego formal e prejudica o trabalhador. Como alternativa, propõe a manutenção do benefício por um período após a contratação, para garantir uma transição mais segura.

A senadora também alertou sobre o risco de programas sociais mal estruturados gerarem dependência. Ressaltou que é preciso incentivar autonomia e desenvolvimento, e não manter famílias em vulnerabilidade permanente.

Quanto ao seu futuro político, confirmou que recebeu convites de outras legendas, mas demonstrou intenção de voltar ao Progressistas (PP), seu partido de origem. Segundo ela, não pretende permanecer no PSD, pois o senador Carlos Fávaro, que comanda a sigla em Mato Grosso, é pré-candidato e nunca a envolveu nas decisões do partido. “Tenho vontade de voltar ao PP. É o partido que está me aguardando e onde sempre atuei”, declarou.

Margareth também criticou a demora na implementação da lei que criou o cadastro nacional de pedófilos e estupradores, sancionada há sete meses. Ela defende que esses crimes sejam tipificados na sentença de primeira instância, com acesso público. “Essa lei precisa ser efetiva. É inaceitável que um criminoso continue anônimo enquanto as vítimas, inclusive crianças, têm seus nomes expostos nos processos”, afirmou.

A senadora atacou a lentidão do Judiciário e a proteção aos agressores, chamando isso de “inversão de valores”. “Falamos tanto em proteger direitos, mas correm em segredo de justiça para esconder o nome do estuprador, enquanto expõem as vítimas. Isso é inaceitável”, concluiu, reforçando que continuará cobrando a efetivação do cadastro como medida de proteção à sociedade.

PROTEGENDO AS CRIANÇAS

Violência contra crianças explode em Mato Grosso e operação mira pornografia infantil no estado

Rede intersetorial revela dados alarmantes de violência infantil em Cuiabá; Polícia Civil intensifica combate ao abuso sexual durante campanha Maio Laranja

Ana Carolina Guerra | Da Redação

A realidade da infância e juventude em Mato Grosso acende um alerta vermelho. Dados apresentados pela Rede Protege, articulação intersectorial que reúne instituições e serviços voltados à garantia de direitos de crianças e adolescentes em Cuiabá, revelam um cenário preocupante de violências físicas, sexuais e autoprovocadas registradas em 2024. O levantamento, produzido pela Vigilância Epidemiológica do Município, indica que muitos casos ainda permanecem invisíveis, substantificados ou reincentes.

No ano passado, a capital mato-grossense registrou 344 notificações de violência contra crianças e adolescentes. Do total, 227 foram de violência interpessoal, 83 de violência autoprovocada, e 34 estavam com campos ignorados ou em branco. A maioria das vítimas tem entre 13 e 18 anos (58,7%), enquanto 28,5% têm entre 0 e 12 anos. Jovens de 19 anos representaram 4,9% dos casos. O perfil das vítimas mostra que 61% são pardas, seguidas por brancas (23%), pretas (9%), indígenas (5%), amarelas (1%) e registros ignorados (1%). Quanto à escolaridade, a maior incidência foi registrada entre alunos da 5ª à 8ª série (34,3%) e estudantes com ensino médio incompleto (13,1%).

A violência sexual aparece como o tipo mais frequente, correspondendo a 43,3% dos casos, seguida de agressões físicas (19,4%), tentativas de autoextermínio (15,5%), violência psicológica (14,1%) e negligência (3,6%). Também foram identificados casos de tortura (1,8%) e trabalho infantil (0,2%). Entre os 190 casos de violência sexual registrados em Cuiabá no último ano, 88 aconteceram mais de uma vez. As vítimas são majoritariamente meninas (176), com os meninos representando apenas 14 notificações. Os crimes ocorreram, em sua maioria, nas próprias residências (73,7%), além de vias públicas (16,8%), comércios, escolas, habitações coletivas e outros espaços. Os agressores identificados incluem, sobretudo, pessoas próximas: conhecidos (58), namorados (48), padrastos (19), pais (16), ex-namorados (15), além de irmãos, cônjuges, figuras institucionais, mães e desconhecidos.



No ano passado, a capital mato-grossense registrou 344 notificações de violência contra crianças e adolescentes. Do total, 227 foram de violência interpessoal, 83 de violência autoprovocada, e 34 estavam com campos ignorados ou em branco

Um episódio recente em Cuiabá escancarou a gravidade das violações enfrentadas por crianças. A Polícia Civil investiga uma mulher de 35 anos suspeita de entregar a própria filha de 10 anos ao chamado “tribunal do crime”, após descobrir que a menina esteve em um motel com um homem de 63 anos. O caso veio à tona após denúncia recebida pelo Conselho Tutelar, sendo acionado quando duas meninas, de 10 e 13 anos, foram encontradas no local com o idoso. De acordo com a investigação, a mãe, alegando não conseguir educar a filha, teria solicitado a membros de uma organi-

zação criminosa que aplicassem um “castigo” na criança. A vítima foi localizada com lesões nos braços, no polegar esquerdo e na perna direita, e está sob os cuidados do Conselho Tutelar. A Delegacia Especializada de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (DEDDICA) apura o caso. A mãe é investigada por maus-tratos, enquanto o idoso responderá por estupro de vulnerável.

Em resposta a esse panorama, as instituições públicas reforçam as ações integradas durante o Maio Laranja, campanha nacional de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Em Cuiabá, membros do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) realizam, ao longo do mês, palestras e rodas de conversa com estudantes da rede pública para conscientização e prevenção. A Rede Protege é composta por uma ampla gama de órgãos do sistema de justiça, saúde, educação e assistência social, como o MPMT, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa, Prefeitura de Cuiabá, Governo do Estado, Conselhos de Direitos, Hospital Universitário Júlio Müller e entidades da sociedade civil.

Paralelamente, a Polícia Civil de Mato Grosso deflagrou, no mês de maio, a Operação Infância Segura, com o objetivo de combater o armazenamento e o compartilhamento de material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes. A ação é conduzida pela Delegacia Especializada de Repressão a Crimes Informáticos (DRCI) em parceria com a Coordenadoria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e Vulneráveis. Foram cumpridos 11 mandados de busca e apreensão nos municípios de Cuiabá, Poconé, Lucas do Rio Verde, Barra do Garças e Primavera do Leste. Os alvos foram identificados após investigações realizadas com apoio do Cyberlab da Diretoria de Inteligência da própria Polícia Civil, que rastreou redes de compartilhamento de arquivos contendo abuso sexual infantil. Durante as investigações, foi possível vincular os dados coletados a usuários localizados em Mato Grosso. Em pelo menos um dos casos, o investigado já havia sido preso anteriormente por crimes semelhantes, incluindo produção e armazenamento de pornografia infantil.

A operação teve como objetivo apreender mídias eletrônicas, HDs, celulares e notebooks, além de coletar novas provas que permitam identificar se há uma rede criminosa instalada no estado. Os mandados também autorizaram o acesso aos dispositivos e dados armazenados em nuvem dos suspeitos. Segundo o delegado responsável, Guilherme Fachinelli, os alvos utilizavam ferramentas específicas para baixar e manter armazenados arquivos contendo abuso sexual de crianças e adolescentes. As investigações agora seguem para verificar possíveis vínculos entre os investigados e a existência de uma rede organizada de exploração infantil digital.

Os dados da segurança pública em Mato Grosso reforçam a gravidade da situação. Em 2024, entre janeiro e dezembro, o estado registrou 1.997 casos de estupro de vulnerável e 397 de importunação sexual. Já em 2025, apenas entre janeiro e abril, o número de estupros de vulnerável já chegou a 442, enquanto os registros de importunação somam 105 casos. Esses números somam-se às ações emergenciais conduzidas pela Rede Protege e pela Polícia Civil e refletem a necessidade de políticas públicas robustas, articulação permanente entre instituições e atuação firme do Estado na prevenção, repressão e responsabilização dos crimes sexuais contra crianças e adolescentes em Mato Grosso.

APÓS O GOLPE

INSS inicia ressarcimento a beneficiários vítimas de descontos fraudulentos

O presidente do INSS ressalta que já há um bloqueio da justiça de mais de R\$ 1 bilhão para fins de reparação de dano

María Cardoso | Da Redação

Após a descoberta de fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o órgão iniciou um processo de ressarcimento aos beneficiários prejudicados. O presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior, destacou que já há um bloqueio judicial de mais de R\$ 1 bilhão para fins de reparação de danos.

Com o escândalo envolvendo descontos indevidos em aposentadorias e pensões, o INSS abriu um procedimento para identificar os aposentados e pensionistas que foram vítimas da fraude e devolver os valores desviados. Agora, o beneficiário pode verificar se houve descontos não autorizados no seu benefício pelo aplicativo “Meu INSS”, pelo telefone 135 ou pelo extrato do INSS. Após identificar os descontos irregulares, é necessário registrar essa informação junto ao INSS para iniciar o processo de ressarcimento.

O caso ganhou repercussão após uma denúncia que levou à investigação contra o ex-presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, em uma operação policial no mês passado. Foi descoberto que associações que oferecem serviços a aposentados cadastravam pessoas sem autorização, com uso de assinaturas falsas, para aplicar descontos mensais nos benefícios pagos pelo INSS. A investigação resultou no afastamento de servidores e na prisão de seis suspeitos ligados às entidades investigadas. O prejuízo pode chegar a R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024.



Para evitar cair em golpes, o presidente do INSS alerta que a comunicação do instituto com os segurados ocorre exclusivamente pelo aplicativo Meu INSS

Diante do escândalo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nomeou Gilberto Waller como novo presidente do INSS. Waller adotou medidas para garantir o ressarcimento às vítimas do golpe e promoveu mudanças para prevenir novos casos, alertando os beneficiários sobre como evitar cair em fraudes semelhantes.

Para verificar os descontos, o beneficiário deve acessar o aplicativo “Meu INSS” e fazer login com sua conta gov.br. Em seguida, deve clicar na opção “Consultar Descontos de Entidades Associativas”. O sistema mostrará quais associações realizaram os descontos e os valores correspondentes, entre março de 2020 e 2025. O cidadão deverá marcar se autorizou ou não cada desconto, informar por celular, ou email para contato e declarar a veracidade das informações. Após isso, de-

ve clicar em “enviar declarações” para finalizar. Uma mensagem confirmará que o pedido foi realizado com sucesso. Inicialmente, não será necessário apresentar documentos ou comprovantes.

Existem três calendários ou expectativas de pagamento, dependendo do período em que os descontos irregulares foram feitos. O INSS já bloqueou qualquer tipo de desconto de entidades associativas na folha de pagamento dos aposentados e pensionistas. A devolução dos valores às vítimas começou no dia 26 de maio e segue até o dia 6 de junho, junto com o pagamento dos benefícios, sem necessidade de qualquer ação por parte do segurado.

Já quem teve valores descontados entre março de 2020 e março de 2025 precisa se-

guir o passo a passo citado para solicitar o ressarcimento. A partir disso, a entidade associativa responsável terá 15 dias úteis para devolver os valores ou comprovar que o desconto foi autorizado pelo beneficiário. Nos casos em que a entidade não pagar nem comprovar a autorização, o INSS assumirá o pagamento, conforme calendário a ser divulgado.

Segundo Gilberto Waller, os valores a serem ressarcidos às vítimas da fraude virão, preferencialmente, dos próprios fraudadores. Ele ressalta que a Advocacia Geral da União já ingressou com outras ações pedindo o bloqueio de mais R\$ 2,5 bilhões. “A gente precisa verificar o montante efetivo dessa fraude para saber se isso é o suficiente ou se vamos buscar outras fontes de custeio”, afirmou.

Sobre a correção dos valores desviados pela inflação, o segurado deve declarar no sistema que não autorizou o desconto, e o INSS vai gerar a associação que recebeu o valor uma Guia de Recolhimento da União (GRU), com os valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país.

Para evitar cair em golpes, o presidente do INSS alerta que a comunicação do instituto com os segurados ocorre exclusivamente pelo aplicativo Meu INSS. “Não aceite nenhum intermediário nesse procedimento. Ele é muito simples. Não abra link, não assine nenhum documento, não junte documento. O INSS não cobra nada de você. Então, fique atento. Se alguém bater na sua porta, oferecendo uma facilidade, é golpe”, afirmou.

A operação de ressarcimento iniciada pelo INSS representa um passo importante para reparar os danos causados aos segurados vítimas de descontos indevidos. Ao mesmo tempo, reforça a responsabilidade do órgão em proteger seus beneficiários e assegurar a transparência na gestão dos recursos públicos.

Acesse:
www.copopular.com.br



Frases Que a felicidade seja nosso guia. Cigana Sarita

Do Quilombo Criativo para o Brasil: Potências Negras Criativas é premiado pelo IPHAN e celebra sua potência coletiva

Por Gilda Portella

É com orgulho e força ancestral que celebramos a conquista de Silviane Ramos Lopes da Silva e do coletivo Potências Negras Criativas, premiadas na 37ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, uma das principais premiações institucionais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Nesta edição, o prêmio teve como foco especial as questões de gênero e a valorização do patrimônio enquanto potência viva, plural e transformadora.

Idealizadora do projeto, Silviane é natural de Mato Grosso e, junto de suas companheiras de caminhada, transformou o que era sonho em movimento coletivo, enraizado em saberes ancestrais, práticas criativas e resistência cotidiana.

O Potências Negras Cri-

ativas nasceu da urgência de valorizar os saberes, fazeres e trajetórias de mulheres negras, atuando na economia criativa como ferramenta de emancipação, visibilidade e reconhecimento. Com o tempo, o coletivo ampliou sua atuação, incorporando novos autores sociais — todos autodeclarados negros — que passaram a compor essa constelação de talentos que faz da cultura uma linguagem de poder e pertencimento.

Hoje, o projeto já está presente em 15 estados brasileiros, articulando oficinas, feiras, formações e redes solidárias. De Mato Grosso para o mundo, como costumam dizer, o Potências Negras Criativas é, hoje, um quilombo contemporâneo de inovação cultural, promovendo encontros entre arte, memória, território e empreendedorismo negro.

Receber o prêmio Rodrigo de Mello, como o coletivo carinhosamente o chama, é muito mais que uma celebração institucional — é o reconhecimento de um legado que se constrói com afeto, estratégia e compromisso coletivo. A 38ª edição da premiação já aponta para novos horizontes, e carrega no peito a força de um projeto que segue semeando futuros possíveis.

Trata-se do outono de um aquilombamento coletivo, como bem definem as criadoras: um tempo fértil de colheita, onde cada estado participante soma força à rede e amplia o alcance dessa potência nacional.

Silviane Ramos Lopes da Silva, ao lado de suas companheiras, segue abrindo caminhos. Mais do que idealizadora, ela é uma articuladora de afetos, de oportunidades e de novas centralidades para



SILVIANE RAMOS RECEBENDO A HOMENAGEM

vozes que historicamente foram silenciadas. O Potências Negras Criativas é prova de

que quando mulheres negras se juntam para criar, cuidar e projetar, transformam o

mundo. Axé e longa vida ao Potências!



PRÊMIO RODRIGO MELO 2025



EUNICE FERRER E GEANE VARGAS(MEC)

DIVERSÃO E LAZER

Férias de julho já tem destino certo: Rede de Hotéis Mato Grosso aposta em conforto, lazer e promoções especiais

Comandada por Luiz Carlos Nigro, rede reúne tradição, diversidade de hospedagem e preços atrativos para atrair turistas e famílias no mês mais aguardado do ano

Lucas Leite | Da Redação

As férias de julho estão chegando, e para quem ainda está em dúvida sobre o destino ideal, a Rede de Hotéis Paiaguás oferece um leque completo de opções em Mato Grosso. Sob a gestão do empresário e ex-secretário de Turismo Luiz Carlos Nigro, a rede aposta em uma combinação de tradição, estrutura moderna e paisagens naturais para atrair turistas de todo o país.

Composta por seis unidades, os hotéis se espalham por Cuiabá, Poconé, e a Serra de São Vicente, atendendo desde quem busca uma viagem de negócios até famílias em busca de descanso, natureza e lazer.

Paiaguás Palace Hotel: Um dos mais tradicionais da capital, está localizado na Avenida Historiador Rubens de Mendonça. Oferece estrutura completa para eventos e convenções, além de piscina, academia e restaurante com gastronomia regional.

Hotel Mato Grosso: Com localização estratégica, é ideal para viajantes de negócios ou turistas em trânsito. Combina conforto e praticidade com tarifas competitivas.

Mato Grosso Palace Hotel: Outro ícone da capital, no coração do centro histórico. Sofisticação, bom atendimento e fácil acesso aos pontos turísticos e gastronômicos da cidade.

Hotel Fazenda Mato Grosso: Um refúgio para quem busca tranquilidade, natureza e lazer em família. A fazenda oferece piscina, trilhas, pesca esportiva e espaço para eventos corporativos e festas.

Pantanal Mato Grosso Hotel: Localizado no km 65 da Transpantaneira, é a principal porta de entrada para o Pantanal mato-grossense. Oferece passeios de barco, observação de aves, safáris fotográficos e vivência com a fauna e flora locais.



Composta por seis unidades, os hotéis se espalham por Cuiabá, Poconé, e a Serra de São Vicente, atendendo desde quem busca uma viagem de negócios até famílias em busca de descanso, natureza e lazer



Hotel Mato Grosso Águas Quentes: A apenas 85 km de Cuiabá, às margens da BR-364, o hotel é um convite ao relaxamento. Conta com piscinas termais, toboáguas, trilhas e ambiente familiar.

Para atrair ainda mais hóspedes durante o período de férias escolares, a Rede de Hotéis Paiaguás lançou promoções válidas para reservas realizadas diretamente no site oficial:

- 5% de desconto nas diárias para reservas online;
- Isenção de taxas e impostos para pagamentos antecipados;
- Pacotes temáticos, como "Romântico a Dois" e "Férias em Família", com late check-out, café da manhã especial e mimos no quarto;

13% de desconto para empresas conveniadas e instituições públicas.



Serviço: Endereços dos hotéis da Rede Paiaguás

- **Paiaguás Palace Hotel**
Av. Historiador Rubens de Mendonça, 1718, Cuiabá
- **Hotel Mato Grosso**
Rua Comandante Costa, 643, Centro, Cuiabá
- **Mato Grosso Palace Hotel**
Rua Joaquim Murtinho, 170, Centro, Cuiabá
- **Hotel Fazenda Mato Grosso**
Av. Antônio Dorileo, 1100, Zona Rural, Cuiabá
- **Pantanal Mato Grosso Hotel**
Rodovia Transpantaneira, Km 65, Poconé
- **Hotel Águas Quentes**
BR-364, Km 77, Serra de São Vicente

Informações e reservas:
www.hotelmt.com.br

GRANDES EXPECTATIVAS

Cuiabá se prepara para a maior edição da Expoagro e mira R\$ 20 milhões em negócios

Evento agropecuário deve atrair mais de 300 mil pessoas e movimentar a economia com shows, tecnologia e ações sociais



Da Redação

Agronegócio, inovação e cultura popular vão se encontrar novamente em Cuiabá durante a 57ª edição da Expoagro, que será realizada entre os dias 10 e 20 de julho, no Centro de Eventos Senador Jonas Pinheiro. Com expectativa de atrair mais de 300 mil visitantes e movimentar cerca de R\$ 20 milhões em negócios, a feira se consolida como a maior vitrine do setor agropecuário, industrial e comercial de Mato Grosso.

Realizada pelo Sindicato Rural de Cuiabá, a Expoagro 2025 contará com o apoio institucional do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sedec), que terá estande próprio e participará do congresso técnico da feira. Além disso, o governo promoverá ações voltadas à difusão de novas tecnologias, à inovação e ao fortalecimento das cadeias produtivas do campo.

A feira é um dos eventos mais tradicionais da capital mato-grossense e atrai um público diverso, formado por produtores rurais, empresários do setor e famílias em busca de entretenimento e lazer. A programação é ampla e inclui exposição de máquinas e tecnologias do agro, vitrine de animais, minicursos, quatro dias de rodeio com premiações recordes, praça gastronômica, parque de diversões e grandes shows nacionais, com artistas como Ana Castela, Maiara & Maraisa, Léo Santana, Ferrugem e Zé Neto & Cristiano. A venda de ingressos co-

meça no dia 15 de abril, e a entrada será gratuita em sete dos dez dias do evento.

Durante o lançamento da programação, o secretário de Desenvolvimento Econômico, César Miranda, destacou o papel estratégico da feira para o Estado. Segundo ele, a Expoagro representa o que há de mais moderno em produção sustentável, genética animal, agroindústria e inovação.

"O governo está sempre ao lado de quem produz, apoiando iniciativas como essa, que unem entretenimento, informação técnica e oportunidades de negócios", afirmou.

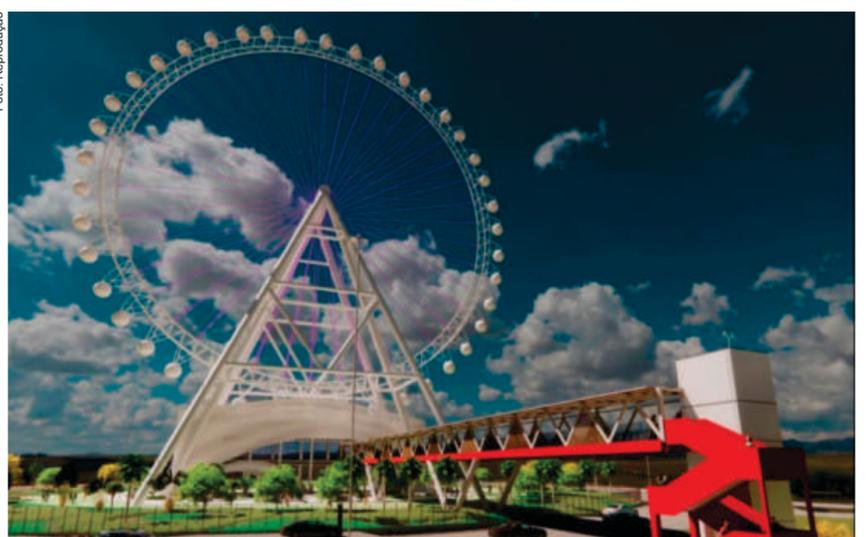
O presidente do Sindicato Rural de Cuiabá, Celso Nogueira, reforçou que esta edição será marcada por recordes e ações sociais. A expectativa é gerar mais de dois mil empregos diretos e indiretos e arrecadar cerca de 30 toneladas de alimentos por meio do projeto Mesa Brasil, que contará com um posto de arrecadação dentro do evento. A programação técnica terá a parceria da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), de federações do setor e do projeto Conect Zoo Agro, promovendo 14 palestras com o tema "Agro e Clima".

Com estrutura robusta e foco na valorização da cultura agro, a Expoagro 2025 realinha o protagonismo de Mato Grosso no cenário nacional. Além de movimentar a economia, o evento contribui para a formação profissional, a troca de conhecimento e o fortalecimento da identidade do Estado como referência no agronegócio brasileiro. A cerimônia oficial de abertura será realizada no dia 11 de julho, às 18h.

ATRAÇÃO PRINCIPAL

Maior roda-gigante da América Latina será instalada no Parque Novo Mato Grosso

Com 108 metros de altura e vista panorâmica de Cuiabá, estrutura será o principal atrativo do novo espaço multieventos em construção pelo Governo do Estado



Maria Cardoso | Da Redação

Uma das atrações mais aguardadas do Parque Novo Mato Grosso, em construção pelo Governo do Estado, será a maior roda-gigante da América Latina. Com impressionantes 108 metros de altura, equivalente a um prédio com mais de 30 andares, a roda-gigante será instalada no canteiro central do parque e promete se tornar um dos novos cartões-postais de Cuiabá.

A obra é executada pela MT Participações e Projetos (MT Par), empresa vinculada ao governo estadual. De acordo com o presidente da companhia, Wener Santos, o equipamento vai muito além do entretenimento.

"É um atrativo grandioso, acessível à população e que oferecerá uma belíssima vista panorâmica da cidade. Aqui, no Parque Novo Mato Grosso, ela vai compor um conjunto de atrações como pista de skate, motocross, kart e automobilismo. Serão inúmeras possibilidades de lazer, entretenimento e prática esportiva", afirma.

O investimento na roda-gigante é de R\$ 9,9 milhões. A estrutura está sendo fabricada pela empresa chinesa Guohui Mechanic Producing

Taizhou Co Ltd, especializada no setor. A expectativa é de que a produção seja concluída até o dia 7 de julho, quando os equipamentos começarão a ser enviados ao Brasil.

O trajeto da estrutura até Mato Grosso será feito em etapas. Após a finalização na China, a roda-gigante será embarcada por navio até o Porto de Santos (SP) e, em seguida, transportada por terra até Cuiabá, em uma operação que mobilizará 77 carretas.

A roda-gigante contará com 42 cabines, cada uma com capacidade para até oito pessoas. O passeio completo terá duração de 30 a 35 minutos, oferecendo uma vista panorâmica da capital.

A estrutura ocupará 1.000,37 m² e será dividida em três níveis: térreo, primeiro pavimento e cobertura, onde será feito o embarque dos visitantes. Localizado a oito quilômetros da capital, na rodovia que dá acesso à Chapada dos Guimarães, o Parque Novo Mato Grosso será o maior espaço multieventos da América Latina, reunindo atrações culturais, esportivas e de lazer em um só lugar.

A Inauguração do parque está prevista para o final de 2026 e tem promessa de ser um grande marco para o turismo e entretenimento no Centro-Oeste.

ALERTA

Batidas em postes de energia aumentam quase 20% em Mato Grosso e afetam mais de 100 mil consumidores

Somente nestes primeiros quatro meses do ano, cerca de 101 mil clientes tiveram o fornecimento de energia interrompido temporariamente

■ | Da Redação

De janeiro a abril de 2025, a concessionária Energisa Mato Grosso registrou 298 colisões em postes de energia elétrica em todo o estado — um aumento de quase 20% em comparação com o mesmo período de 2024. Os acidentes têm gerado interrupções no fornecimento de energia, colocando em risco a segurança da população e provocando prejuízos nas redes elétricas tanto em áreas urbanas quanto rurais.

Somente nestes primeiros quatro meses do ano, cerca de 101 mil clientes tiveram o fornecimento de energia interrompido temporariamente devido a batidas em postes. A concessionária alerta que esses números reforçam a urgência de se discutir a segurança no trânsito, especialmente durante o mês de maio, em que é promovido o movimento Maio Amarelo, dedicado à conscientização para a redução de acidentes nas vias.

Entre os casos registrados, estão situações como: caminhões de coleta de lixo colidindo com postes, motocicletas em alta velocidade, veículos conduzidos por motoristas sem habilitação, caminhões realizando manobras em locais proibidos e motos invadindo canteiros. Todos os exemplos apontam para o desrespeito às leis de trânsito e para a necessidade urgente de ações educativas e de fiscalização mais efetivas.

“O risco de choque elétrico para quem está dentro ou fora do veículo é altíssimo,



A concessionária alerta sobre esses números e reforçam a urgência de se discutir a segurança no trânsito, especialmente durante o mês de maio

especialmente se houver o rompimento dos cabos de energia. Mesmo a rede de distribuição da Energisa sendo equipada com tecnologia e dispositivos de proteção que interrompem o fornecimento automaticamente nessas situações, é fundamental considerar que a rede pode estar energizada. A precaução é essencial”, alerta Anderson Rodrigues, gerente de operações da Energisa Mato Grosso.

O que fazer em caso de acidente com poste de energia?

A Energisa reforça que, em casos de aci-

dente envolvendo postes e a rede elétrica, é fundamental manter a calma e seguir as orientações de segurança:

- Permanecer dentro do veículo: os ocupantes devem ficar dentro do carro, sem tocar em partes metálicas, e aguardar a chegada de uma equipe especializada da distribuidora.
- Manter distância: quem presencia o acidente deve evitar se aproximar da cena e acionar imediatamente o Corpo de Bombeiros e a Energisa, pelo número 0800 646 4196.

Maio Amarelo: segurança no trânsito salva vidas

Com o tema da direção defensiva e do respeito às leis de trânsito, o Maio Amarelo busca exatamente reduzir situações como essas. A campanha destaca que acidentes evitáveis podem causar não apenas prejuízos materiais, mas também interrupções em serviços essenciais, como o fornecimento de energia, e ainda colocar vidas em risco.

A Energisa reforça o apelo à população: dirigir com responsabilidade é um ato de cidadania e respeito à vida — própria e dos outros.

NÃO TEM
DESCULPA.
PROVOCAR INCÊNDIO É
CRIME

O GOVERNO DE MT ESTÁ MONITORANDO EM TEMPO REAL. QUEM FOR FLAGRADO QUEIMANDO SERÁ RESPONSABILIZADO CRIMINALMENTE.

PERÍODOS PROIBITIVOS

PANTANAL
01/06 A 31/12

CERRADO E AMAZÔNIA
01/07 A 30/11

ÁREAS URBANAS
ANO TODO

DENUNCIE 193

mt.gov.br secom_mt

govmatogrosso

MATO GROSSO É
TOLERÂNCIA
ZERO
CONTRA CRIMES AMBIENTAIS



Governo de
Mato
Grosso

